COMUNICAÇÃO ORAL - GT 12 - ENSINO MÉDIO: POLÍTICAS E PRÁTICAS

# INTERFACES ENTRE AS REFORMAS NO ENSINO MÉDIO COM TRABALHO DOCENTE NO ESTADO DE SANTA CATARINA

*Jane Acordi De Campos (janeacordidecampos@gmail.com)*

*Ricardo Luiz De Bittencourt (rlb@unesc.net)*

*Antonio Valmor De Campos (prof.antoniocampos@gmail.com)*

As mudanças na política educacional brasileira são constantes, geralmente pautadas por influências de organizações internacionais, representadas no país por instituições privadas que agem nos bastidores da estrutura estatal. Um dos níveis bastante afetado é o Ensino Médio. A partir da década de 1980, o ensino médio nas escolas públicas brasileiras teve impulso importante, reforçado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB/96. Porém, com o Novo Ensino Médio (NEM), instituído pela Lei nº 13.415/2017, a mudança nesse nível de ensino é mais densa, provocando rupturas, inclusive em relação às reformas anteriores. Com essa mudança, ocorre alteração na relação ao tempo mínimo dos alunos na escola e à organização curricular (formação comum e os itinerários formativos). Além disso, com a entrada em vigor da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, há também impactos na formação de professores e, por consequência, na atuação profissional docente. O Estado de Santa

Catarina implementou todas as fases das reformas até então. O presente estudo analisa as concepções e percepções de professores/as e de gestores/as da rede estadual de educação básica de Santa Catarina em relação à implantação do NEM. A metodologia utilizada adotou uma abordagem qualitativa e exploratória. Além de pesquisa bibliográfica/documental, o estudo englobou nove professores e três gestores escolares do estado de Santa Catarina que participaram, em “escolas piloto”, dessa implantação. Para a coleta de dados, foi utilizada uma entrevista semiestruturada. Como referenciais teóricos utiliza-se Costa. Silva (2019); Freitas (2018); Dantas. Pereira (2022); Silva (2022) e outros. As fontes documentais foram a Lei nº 13.415/2017, a LDB/1996, o Plano Nacional de Educação – PNE e a BNCC. Os resultados evidenciados são desafiadores; dentre eles, demonstra-se o rompimento da caminhada da política educacional que vinha sendo implantada a partir dos anos de 1980, através de uma proposta desconectada da realidade e sem a participação dos atores sociais envolvidos diretamente na educação, pais, professores e estudantes. Também se destaca a falta de diálogo entre as instâncias educacionais, sendo que as instituições formadoras de docentes sequer foram consultadas. Soma-se a isso a falta de estrutura escolar, o baixo investimento básico para o desenvolvimento do ensino, a falta de material didático e de planejamento coletivo nas áreas de conhecimento, bem como de processos de formação continuada, condições necessárias ao bom desempenho escolar, inclusive à implantação da proposta em questão. Também está presente a precarização da atuação docente e da valorização pessoal e profissional. Esses resultados demonstram as falhas na proposta do NEM e podem contribuir para estimular uma participação ativa e democrática da comunidade escolar nos processos de tomada de decisão, diminuindo a distância entre os discursos e a realidade vivenciada pelos profissionais da educação, inclusive revertendo situações prejudiciais ao desenvolvimento da educação crítica e transformadora, como preconiza a legislação brasileira.

Palavras-chave: novo ensino médio; política educacional; reformas no ensino; atuação docente; precarização do trabalho docente.